

CENÁRIO POLÍTICO



Márcio Reinheimer
Editor de Política
(51) 9.8169.5392

A agonia dos partidos Interesses pessoais primeiro

Chega a ser curioso – ridículo até – que ainda se use, em nossa Democracia, a expressão “fidelidade partidária”. Salvo honrarias e cada vez mais escassas exceções, a maioria dos partidos políticos não possui qualquer compromisso com as regras pelas quais foram eleitos. Muitos sequer sequer conhecem os estatutos e as propostas que justificaram a sua criação. E até mesmo porque estes princípios não passam de letra morta em alguma pasta, pois servem apenas para cumprir formalidades da justiça eleitoral. Na Câmara dos Deputados, no Senado e nos Assembleias Legislativas, sempre há parlamentares se apresentando como independentes, que se sentem no direito de votar como bem entenderem, ainda que, em virtude do sistema, devam ser a cargo dos partidos políticos. Já faz tempo que esse fenômeno chegou a Montenegro, e no senado da Câmara de quinta-feira, foi possível testemunhá-lo.



RAPIDINHAS

>> O suplente Sérgio Souza, do PDT, despediu-se no salão de quinta-feira para ir a Câmara criar um Banco de Idosos, para acolher os supérstites da comunidade. Interessante, embora suas escolhas já sejam bem... criativas.

>> Demorei, mas o vereador Joel Kerber (Progressistas) finalmente pediu desculpas por dizer, sem provas, que moradores da Vila Esperança haviam desviado material colocado nas ruas para dentro das suas casas.

>> A Câmara vai realizar, em breve, audiência pública para discutir “os iminentes problemas” que o Município vem enfrentando na área do Desenvolvimento Rural. Ponto não vai faltar.

>> Os candidatos já estão indo a cultos evangélicos. Glorifica, senão?

Queda na arrecadação

Enquanto a maioria dos eleitores se aquece dentro de suas casas, a Câmara apreciou o voto do prefeito no projeto de lei do vereador Neri da Mota Lima, o Cabelo, do PTB, que concede 90% de desconto no IPTU a pessoas que ganharam até R\$ 3.000,00 e tenham doenças graves, como câncer, Aids, síndrome senil, ou outras incapacitantes por causa de acidente. Não há que se falar em lei, pois o autor não apresentou um estudo de impacto, sem informações sobre o número de beneficiários e quanto a Prefeitura vai arrecadar a menos.

Previsões

Não há dúvidas quanto ao valor social da proposta, assim como também não é claro que o encaminhamento foi mal considerado. Não se pode – ou não se deveria – estabelecer isenções sem apontar algum tipo de compensação. Do contrário, vai faltar dinheiro em outras áreas e alguém será prejudicado. Mesmo assim, estão claro que o voto seria destrutivo. O que chama a atenção é a forma como ocorreu.

Juntos

As bancadas do PTB e do MDB marcharam juntas, o que deve continuar fazendo até outubro do ano que vem, quando os dois partidos concorrerem unificados à Prefeitura. Assim, a derrubada do voto já tinha quatro votos: Neri Lima, o autor da lei, e Juarez Vieira da Silva, do PTB; Cristiano Branst e Felipe Kim da Silva, do MDB. E é aí que a confusão começa.

Bíblia

Toda quinta, na abertura do salão da Câmara, ocorre a leitura de um fragmento da Bíblia. Na semana passada, foram usados os versículos 21 e 22 do capítulo 7 do evangelho de Marcos: “Porque do interior do coração dos homens saem as más pensamentos, as adultérias, as fornicatórias, as homicídios, os furtos, a incontinência, as invejas, a soberba, a discórdia, a inveja, a hipocrisia, a soberba, a discórdia”. A julgar pelo que ocorreu depois, entrou por um ouvido e saiu por outro.

Divisão

O PDT, na oposição, foi dividido: Paulo Azeredo (suplente) votou contra o voto, mas seu colega de partido, Sérgio de Souza, foi a favor. O fato de ter um cargo no governo Kadu, como chefe do setor de renovações da Secretaria de Saúde, parece ter tido mais peso para Souza.

Abstenções

No PSB, que é governista, teve de tudo. Rose Almeida esteve presente e não compareceu. Valdeci Alves de Castro, que há mais de um ano vem votando contra a Administração, repetiu a dose. E José Paz, citada com frequência como provável vice na chapa de Kadu pela oposição, se absteve. Ou seja, não votou “sim” nem “não”. Ficou em cima do muro. Aliás, o autor também foi a omissão da Joel Kerber, o conhecido LÍDER DO GOVERNO na Câmara. Se nem eles apoiam o projeto, o que esperar dos outros?

Ganho zero

O voto foi derrubado por seis votos, mas isso não significa que os doentes realmente terão o desconto no IPTU. Como o autor do projeto tem um alho no abastecimento, abriu espaço para questionamentos na esfera jurídica. Depois da longa discussão, é provável que uma boa ideia acabe sendo desperdiçada, com ganho zero para a comunidade.

Títulos demais

A assinatura da lei estadual que formaliza Montenegro como o Berço da herança Montenegro chamou a atenção para os vários “títulos” que a cidade já possui. Na verdade, agora são cinco:

- Cidade das Artes;
- Capital da Música Erudita;
- Capital do Turismo;
- Capital da Cultura;
- Berço da Herança Montenegro.

A vereadora José Paz (PSB) quer promover uma manifestação na Câmara para discutir o assunto. Temera que não seja para acrescentar mais um ou dois.

Fracos

A divisão nos partidos, que não semelhanças atropelados pelos interesses pessoais dos vereadores, já é lamentável e mostra o quanto se tornaram fracos no processo democrático. Mas MUITO mais grave do que isso é a postura dos vereadores que têm cargo no governo e não hesitam de assumir uma posição. Se não concordam com o voto, que votassem pela derrubada e assumissem as consequências. Optaram pela covardia.

Levantando suspeitas

Em sua passagem pelo tribunal, na quinta-feira, o suplente do PDT, Paulo Azeredo, fez uma acusação grave contra o ex-presidente da Câmara, Renato Krantz. Segundo ele, houve irregularidades na constituição do projeto da nova sede do Legislativo, em 2014, quando Krantz comandava a “espetacular”. Embora a obra ainda não tenha sido do papel, o contribuinte teria pago, embutido no valor total de R\$ 240 mil, pelo acompanhamento da construção, algo que não aconteceu. Azeredo deve formalizar uma denúncia às autoridades.

Sem ressalvas – Renato Krantz acredita que Azeredo está equivocado e que tem uma leitura rígida dos documentos, dogmática no uso da Câmara, para verificar que, em nenhum momento, há previsão de acompanhamento das obras. O ex-presidente do Legislativo ainda acrescenta que todo o processo foi auditado pelo Tribunal de Contas do Estado e não houve nenhuma ressalva. “Pagamos apenas pelo projeto, que agora é patrimônio público e pode ser executado quando houver interesse e recursos disponíveis”, conclui.

Provas – Como Renato não participou decisivamente no processo de construção de Azeredo, em 2015, não é de se estranhar que, na primeira oportunidade, o ex-prefeito busque um acerto de contas. Porém, para não parecer que tudo não passa de uma tentativa de vingança, é importante que apresente provas.

Túnel do tempo

O suplente do PDT, Paulo Azeredo, repete que a Câmara destine R\$ 500 mil do seu próprio orçamento para a instalação de “passarelas elevadas” sobre a RSC-287, para facilitar a travessia pelos moradores das bairros Paraisópolis e Santo Antônio. Pode – e deve ser – inviável de ponto de vista técnico, mas é importante. Se faltar porque a obra seja feita pelos CCs da Prefeitura, em regime de mutirão.